

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**
2 **Lei Municipal nº 1378/94**
3 **Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

4
5 **Ata nº 10 /2014**
6

7 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
8 Santos – CMAS, realizada no dia 01 de julho de 2014, na sede da Casa de
9 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a
10 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo
11 que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, às 9 horas, a Sra. Maria de
12 Lourdes Braz Joaquim Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de
13 todos os presentes e passa a seguir para o **Item 1 – Apreciação e Deliberação da**
14 **ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 03/06/2014.** A Sra. Presidente Maria de
15 Lourdes comunica a todos os presentes que esta ATA ficará para ser apreciada e
16 deliberada na outra AGO de agosto/2014, uma vez que por motivos de trabalho a Sra.
17 Secretária Flávia Valentino não conseguiu concluir a mesma. **Item 2 – Relato das**
18 **Comissões Temáticas:** Comissão I - não houve pauta; Comissão II - a Sra. Adriana,
19 secretaria executiva, leu o relato desta reunião que ocorreu no dia 25 de junho, a
20 pauta foi a apreciação do Plano Plurianual, e o mesmo se encontra na íntegra no livro
21 das comissões; Comissão III - a conselheira Sra. Marilene Leonel, fez o relato no qual
22 esta comissão se reuniu no dia 25 de junho e a pauta foi referente a análise do pedido
23 de inscrição da ADESAF, esta comissão deu o parecer favorável a para a inscrição, e o
24 mesmo se encontra na íntegra no livro das comissões. A Sra. Luci Freitas,
25 colaboradora, pede a palavra e informa que esta instituição ADESAF (Associação de
26 Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias) está com um processo no Tribunal
27 de Contas do Estado – TCE sob o nº: TC 004.075/2011-0, em conformidade a
28 legislação - Lei 11.350/2006, Lei 10.520/2008, Lei 8.666/96. A Sra. Presidente Maria
29 de Lourdes, diz que realmente há este processo em andamento no TCU contra este
30 instituição onde diz que o objeto da parceria é incompatível a qualificação da entidade,
31 uma vez que entidade é inscrita para fazer curso de informática e faz curso de saúde,
32 porém não há julgamento então nós não iremos tratar da inscrição desta instituição
33 nesta assembleia, já esta agendado para a assembleia de agosto, então oriento que
34 todos os conselheiros se apropriem ao máximo de maiores informações, e o fato desta
35 entidade ter a inscrição não significa que ela vá automaticamente concorrer a
36 recursos. Estivemos reunidos em São Vicente, eu – Presidente Maria de Lourdes, o
37 Vice- Presidente Sr. Leandro e a Secretária Executiva Sra. Adriana no Forum Regional
38 Assistência Social, para que este conselho comece a fazer algumas normativas a
39 respeito das inscrições destas entidades. O Sr. Leandro Vice-Presidente, pede a
40 palavra e diz que este conselho pleiteou a assessoria de um advogado junto da
41 Comissão IV e com a participação deste, ele deu um parecer de que o Conselho não
42 tem o que fazer neste caso juridicamente, o que devemos atentar que na RN de nº 14
43 do CNAS aponta que não cabe mais os conselhos fazerem avaliações contábeis das
44 entidades. A questão da entidade estar pleiteando a inscrição de um serviço no
45 município de Santos, que não é o serviço que foi conveniado com o município de São
46 Vicente, por ser outro tipo de ação cabe ao conselho avaliar o que está sendo escrito
47 se é de acordo com a política nas normativas do CNAS e o serviço não precisa estar
48 em execução para pedir inscrição, então a este conselho cabe verificar qual prazo irá

49 dar para a instituição implantar o serviço e se está ou não de acordo com a política, as
50 questões trazidas pela colaboradora Sra. Luci Freitas, colaboradora, as colocações
51 são pertinentes, porém não podemos nos basear somente nestas informações e sim
52 nas bases legais do CNAS. A Sra. Maria de Lourdes Presidente relembra da
53 importância da participação de todos os conselheiros para as realizações das visitas
54 de fiscalizações das entidades, pois só há dois ou três conselheiros realizando estas
55 visitas, e é obrigação do conselho verificar se está sendo realizado conforme prescrito
56 no plano de trabalho. A Sra. Adriana – Secretária Executiva fez a leitura da Comissão
57 IV que se reuniram no dia 26 de junho e como pauta teve a reformulação da RN
58 195/2010 CMAS – Regulamenta os Benefícios Eventuais, a íntegra deste relato se
59 encontra no livro ata desta comissão. **Item 3 – Apreciação e Deliberação dos**
60 **Termos de Aceite do MDS/2014:** o Sr. Leandro Vice Presidente fez o relato, no dia
61 25/06 o MDS abriu a expansão dos serviços para o município de Santos e uma destas
62 expansões é referente ao ACESSUAS – Programa Nacional de Promoção do Acesso
63 ao Mundo do Trabalho, que hoje é conveniado com a entidade ASPPE – que
64 desenvolve a inclusão das famílias no PRONATEC; então o MDS repactuou uma nova
65 meta de 1.066 vagas de cursos para o PRONATEC, sendo 1.279 mobilizações e 722
66 beneficiários do BPC, ainda não nos foi passado o valor de repasse para o município.
67 A Sra. Maria de Lourdes Presidente coloca em votação para a plenária o aceite da
68 Prefeitura através da SEAS para estas vagas – APROVADO. O Sr. Leandro Vice-
69 Presidente informa que no dia 25/06 o MDS informou a expansão dos serviços de
70 medidas socioeducativas, o município de Santos já recebe repasse de verba Federal
71 onde este valor está em R\$ 4.400, 00 – mês, e o MDS reordenou a aplicação do
72 recurso, ou seja, para cada 40 jovens o município terá que ter uma equipe de
73 atendimento para medidas socioeducativas, o CREAS aponta que atendemos cerca
74 de 300 jovens – isto são 8 grupos de 40 jovens, que necessitam de 4 equipes. Com
75 este reordenamento do MDS passa a destinar a verba Federal para R\$ 17.600,00 por
76 mês para atendimento para medidas socioeducativas dentro do CREAS, lembrando
77 que a SEAS está desmembrando o CREAS e abrindo a 2ª unidade na Zona Noroeste,
78 com a previsão de estar pronta até agosto ou setembro/2014, que é um pleito deste
79 conselho em conferências. O município já atende estes 300 até 320 jovens em
80 medidas socioeducativas, o que será feito é o reordenamento financeiro através do
81 Governo Federal. A Sra. Maria de Lourdes Presidente coloca em votação e a plenária
82 APROVA. **Item 4 – Apresentação da execução financeira do IGD SUAS e IGD M**
83 **pela Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:** O Sr. Leandro Vice-
84 Presidente fez a apresentação do IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada) refere-se
85 aos índices que o município alcança nas metas da saúde, educação e do
86 preenchimento do CADÚNICO, ele é composto pelas 3 políticas – Saúde, Educação e
87 Assistência Social; então a somatória destes três índices gera uma nota para o
88 município e esta nota o MDS transforma em recurso. O saldo reprogramado já foi
89 apresentado neste conselho e aprovado. O valor estimado é de R\$ 588.210,72 – o
90 demonstrativo na íntegra encontra-se em anexo a esta ata. A conselheira Sra. Luciene
91 Rosângela de Sena pergunta se em caso de ter um baixo índice no Programa Bolsa
92 Família qual é a função do Gestor? O Sr. Leandro Vice-Presidente responde
93 informando que a Instância de Controle Social se reúne mensalmente e estes dados
94 são discutidos nesta reunião. A conselheira Sra. Luciene Rosângela de Sena pergunta
95 como é feita a fiscalização no caso de famílias que dão o endereço errado? O Sr. Sr.
96 Leandro Vice-Presidente responde informando hoje tem um índice muito alto de

97 famílias não localizadas devido a rotatividade das mesmas, e que o CADÚNICO
98 trabalha com a questão do auto declaratório, e quando é realizada a atualização se a
99 família não é localizada é bloqueado o benefício, então a família volta a procurar o
100 serviço, e caso haja alguma denúncia, esta deve ser encaminhada para a Instância de
101 Controle Social. A Sra. Maria de Lourdes Presidente lembra a todos que qualquer
102 conselheiro pode participar das reuniões da Instância de Controle Social, é uma
103 reunião aberta e rotativa e vai até os territórios. O Sr. Sr. Leandro Vice-Presidente
104 salienta a diferença do IGD-M para o IGD-SUAS é o índice que o Governo repassa
105 para a Gestão, ou seja, de acordo com o que o município executa o atendimento a
106 estas famílias o município recebe um plus para a Gestão, não há a necessidade de se
107 aplicar no Programa Bolsa Família pode ser aplicado na política em assistência social
108 como um todo, o valor estimado é de R\$ 86.804,55 – o demonstrativo na íntegra
109 encontra-se em anexo a esta ata. A Sra. Maria de Lourdes Presidente pergunta qual o
110 valor do recurso destinado ao CMAS; a Sra. Maria de Lourdes Presidente informa que
111 de todo o montante que o município recebe do IGD-M dos R\$ 336.000,00 que se tem
112 a previsão da SEAS receber, no mínimo 3% a SEAS deve destinar ao CMAS por este
113 ser a Instância de Controle Social e que tem o reprogramado/2013 no valor de R\$
114 4.248,00 e também de R\$ 739,82 - no qual se pretendem comprar uma máquina
115 fotográfica, uma TV e um DVD para o CMAS; para o ano de 2.014 teríamos R\$
116 2.925,00 e como já pagamos parte dos gastos para irmos à reunião Descentralizada
117 do CNAS em Brasília ficou um saldo de R\$ 739,00 e do IGD-SUAS 3% também que a
118 SEAS recebe é do CMAS e temos R\$ 1.851,00, todos estes dados detalhados estão
119 no anexo desta ata. **Item 5 – Relato das Comissões: ODM, CMPETI, COMAD,**
120 **COMAIDS, CONDEFI, CEVISS, Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito**
121 **Amigo da Criança e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:**
122 ODM – não houve relato. CMPETI – a Sra. Luana irá representar o CMAS nesta
123 comissão, e a Sra. Ana Lucia fez o relato que foi discutido na última reunião o plano de
124 ação e o fluxo de atendimento. COMAD – a Sra. Luana fez o relato que nesta reunião
125 trataram do concurso da logo marca e sua divulgação e a Sra. Ana Lucia informa que
126 nesta mesma reunião foi aprovado a continuidade do serviço da Comunidade
127 Renascer que atendem mulheres, crianças e adolescentes do Guarujá. COMAIDS –
128 não houve relato; CONDEFI – Sra. Marilene Leonel fez o relato em que a pauta única
129 se tratou da apresentação do centro de reabilitação, no qual a Sra. Regina trouxe
130 como objetivo que como seria este serviço através do SUS – Plano Nacional dos
131 Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, tratou também da importância
132 de ter um aviso que de o paciente é um deficiente auditivo nos prontuários de
133 atendimento da saúde, a falta de cadeiras ginecológicas e a falta de intérpretes de
134 LIBRAS para que se faça a interpretação paciente/médico referente aos sintomas e
135 aos procedimentos, o relato na íntegra se encontra no livro ata desta comissão; nesta
136 reunião ocorreu uma denuncia de uma mãe que foi convidada a retirar sua filha de
137 uma determinada escola; a Sra. Maria de Lourdes Presidente salienta que é de seu
138 conhecimento, através da entidade a qual presta serviços de que várias mães tem
139 Boletim de Ocorrência contra escolas onde foram convidadas a retirarem seus filhos e
140 mesmo hoje com a interferência do Conselho Tutelar não há garantia de que aquela
141 criança terá atendimento, então em Santos de um forma geral tanto a escola particular
142 quanto a escola pública está muito aquém do atendimento que deveriam prestar e
143 muito aquém do que seria adequar uma educação, uma formação para criança com
144 deficiência dentro da sua habilidade, potencialidade e capacidade. Há exemplo disto

145 temos uma caso de uma mãe que a escola não quer a menina e ao mesmo tempo a
146 mãe é obrigada a manter a criança na escola, pois ela(mãe) será cobrada, e o que
147 fazer com a filha, é uma situação muito séria onde é preciso que CMDCA olhe para as
148 crianças com deficiências, são muitas em nossa cidade e as famílias são penalizadas
149 pois não tem o recurso da Saúde, da Educação e nós aqui da Assistência não temos o
150 suporte para estas situações, é algo que precisar ser cuidado e olhado pois
151 vivenciamos estas situações. CEVISS - A Sra. Luana informa que foi apresentado os
152 resultados do curso de capacitação com a avaliação das pessoas que participaram.
153 Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito Amigo da Criança – o Sr. Leandro
154 informa que ocorrem duas reuniões no mês de junho a primeira no dia 04/06, onde
155 esta sendo discutida a construção do Plano Municipal da Criança e do Adolescente
156 que visa conseguir o selo Prefeito Amigo da Criança para o município foi elencados os
157 documentos que as Secretarias devem apresentar para se construir a matriz com os
158 problemas e soluções para as crianças e adolescentes dentro da sua política e
159 identificar dentro do Plano Municipal quais são suas ações, as metas da Conferência e
160 seus respectivos Conselhos, o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, o Plano
161 da CEVISS, o Plano do PETI, o Plano Decenal do CONANDA e da ODM, porque todos
162 estes Planos tem ações e metas voltadas para crianças e adolescentes; a Secretaria
163 tem que recriar e compilar estas ações em uma única matriz traçando ações para
164 determinado problema e qual a ação de cada Secretaria está realizando para
165 solucionar determinado problema e também como base o relatório do Prefeito Amigo
166 da Criança/2012. Ficou proposto que seriam chamados os representantes de cada
167 Secretaria, pois são os articuladores para conversarem entre si e mobilizarem os
168 jovens, adolescentes e as crianças para que assim pudessem fazer uma análise do
169 serviço de cada Secretaria. No dia 18/06 ocorreu a segunda reunião do mês, e a pauta
170 foi para retirar as dúvidas referente ao preenchimento desta matriz e também a
171 realização de um Seminário que está posto pela ABRINQ e isto também é uma
172 exigência para que o município receba o Selo Prefeito Amigo da Criança, que ao final
173 da construção desta matriz se coloque isto em um seminário para que se demonstre
174 para a sociedade o que foi construído, e a previsão para a realização deste seminário
175 é dia 18 de outubro, por ser o mês que comemora o dia das crianças, o local ainda
176 será definido, e todos os financeiros das Secretárias foram convocados para a reunião
177 do dia 25, onde será discutido o orçamento e ter uma unicidade onde deve ser
178 aplicado, a próxima reunião será realizada amanhã dia 02/07 e a proposta é para que
179 seja chamado um representante da Câmara Municipal para se discutir o que está
180 sendo montado pelas Secretarias, porque a Câmara Municipal tem que aprovar este
181 Plano Municipal que todas as Secretarias estão construindo e o prazo é até dia 22 de
182 dezembro para se concluir tudo. Instância de Controle Social do Programa Bolsa
183 Família – O Sr. Leandro informa que não ocorreu reunião neste mês. **Item 6 -**
184 **Devolutiva das reuniões ocorridas entre a Diretoria Executiva do CMAS e o**
185 **Gabinete da SEAS nos dias 06/06/2014 e 17/06/2014:** A Sra. Maria de Lourdes
186 Presidente informa que solicitou uma reunião com a SEAS para ser discutidos os
187 Benefícios Eventuais, referente RN 195/2010 – CMAS e que enquanto CMAS iramos
188 fazer um levantamento para a reorganização desta normativa, a comissão solicitou
189 que além de buscar novas políticas e verificar o MDS, encaminhasse para a SEAS um
190 ofício perguntando o número de atendidos atualmente, com auxílio eventual, famílias
191 remanescentes, pois já sabemos que parte deste recurso já foi repassado para a
192 COHAB e os dois últimos incêndios que ocorreram – segundo informação dada pela

193 Sra. Secretaria Rosana Russo, nem passou pela SEAS e já foram direto para a
194 COHAB e o prazo estipulado para findar o pagamento dos primeiros incêndios
195 remanescentes. Foi discutida a pauta do Abrigo-CA, referente à denúncia e a visita de
196 fiscalização realizada por mim – Maria de Lourdes, mais a Sra. Flávia Valentino e a
197 Sra. Silvana. A Sra. Secretaria Rosana Russo entregou para o CMAS um processo de
198 número 14728/2014 – 15, do Ministério Público Estadual; deixo aqui no conselho, a
199 disposição de todos o processo para quem desejar se apropriar, o que chama a tenção
200 é o parecer social da Sra. Janine Valério Costa – Assistente Social e Analista De
201 Promotoria, no qual faz uma indicação para a SEAS – e que este conselho apoia; a
202 capacitação quinzenal CAPACITASEAS – sugere que a SEAS seja cobrado no sentido
203 de estender esta capacitação para os demais serviços citados. O Sr. Leandro Vice
204 Presidente pede a palavra e diz que em relação a CAPACITASEAS realizada em 2013
205 para 50 funcionários da SEAS, mas em relação para a rede conveniada a SEAS
206 desenvolve o serviço de acolhimento institucional que tem supervisão quinzenal para o
207 público/privado, com o Instituto Winnicott que é uma supervisão por vídeo conferência
208 presencial, onde a SEAS tem oportunizado para a rede conveniada capacitação, o
209 município quase não tem espaço para oferecer vídeo conferência, mas na última
210 reunião se consegui um bom espaço no qual foi apontado como muito produtivo. A
211 Sra. Flávia Sammarco saliente que nestas capacitações é visível a falta da sociedade
212 civil da rede. O Sr. Leandro Vice-Presidente informa ainda que os serviços das
213 residências inclusivas também terão capacitação e supervisão nos processos dos
214 convênios. O processo de capacitação dentro da política de assistência social é muito
215 novo e incipiente e precisa ser estruturado e a SEAS precisa pensar em criar uma
216 política de capacitação permanente. A Sra. Maria de Lourdes Presidente pede para
217 que cada vez que ocorram estas capacitações o CMAS seja informado, pois quando
218 falamos que as ONG's não participam podemos e sabedor que muitos presidentes de
219 instituições recebem a informação e não socializam a mesma com seus funcionários. A
220 Sra. Maria de Lourdes Presidente informa ainda que em reunião com a Sra. Secretária
221 Rosana Russo outro assunto tratado foi com relação ao Albergue Noturno que está em
222 processo de reordenamento para que se adéque há uma modernidade do serviço que
223 hoje se faz necessário ao atendimento das normativas do SUAS, inclusive a
224 contratação de uma assistente social e psicóloga e ficou definido com a Sra.
225 Secretaria que na próxima AGO de 05 de agosto o Albergue Noturno irá fazer uma
226 apresentação deste reordenamento junto com a SEAS aqui no conselho, para que nós
227 conselheiros possamos perguntar ou questionar e se informar deste processo e como
228 isto vem ocorrendo. Outra reunião foi no dia 17/06 referente a RN 9 de 15/04/2014 –
229 Nacional, que reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de
230 escolaridade de ensino médio e fundamental completos que compõem as equipes de
231 referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, previstas na Norma
232 Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social –
233 NOB-RH/SUAS, então a SEAS pediu a participação do CMAS para aprofundar as
234 questões de reclassificações até dos operadores sociais que trabalham nos
235 acolhimentos e nos abrigos; já tivemos uma reunião onde foi feito um grupo de
236 trabalho com operadores sociais, com a chefia da SEAS junto com o CMAS para que
237 se discuta o reordenamento desta função, pois teremos o cuidador dentro da
238 assistência social aos conselheiros que desejarem se apropriar desta RN ela ficará a
239 disposição no CMAS – onde temos uma sala com computador, uma mini internet e
240 uma mini biblioteca. A Sra. Maria De Lourdes Presidente informa a todos os presentes

241 que a partir do dia 02/07 até 31/07 ela estará de férias e o Sr. Leandro Vice-
242 Presidente assumirá a Presidência em substituição. A próxima reunião com a SEAS
243 será dia 11/07. **Item 7 – Apresentação sobre a evolução e perspectivas da**
244 **Economia Solidaria:** A Sra. Maria De Lourdes Presidente informa que o
245 representante Sr. José Carlos, não chegou até o presente momento então está
246 cancelada esta apresentação. **Item 8 - Relato da reunião do Fórum Regional de**
247 **Assistência Social:** O Sr. Leandro fez o relato do encontro do FRAS, que é a reunião
248 dos 9 conselhos da Baixada Santista, a última reunião ocorreu dia 27/06 em Praia
249 Grande e foi a primeira vez que os 9 municípios compareceram e foi discutido como os
250 conselhos estão inscrevendo as entidades da assistência social, como cada conselho
251 esta interpretando as Resoluções do CNAS, pois a DRADS identificou que cada
252 conselho tinha uma interpretação das Resoluções principalmente a RN 27/2011 que se
253 refere ao assessoramento e defesa e garantia dos direitos; as experiências exitosas
254 foram socializadas a exemplo do Guarujá da qual iremos trocar experiências desta
255 relação publico/privado. Outra experiência exitosa foi em Cubatão com relação das
256 entidades inscritas no conselho – as necessidades da Secretaria com as necessidades
257 dos territórios. Previsão de capacitação para os conselheiros como esta sendo
258 discutido o pagamento dos advogados nos conselhos da assistência social. **Item 9**
259 **– Relato da reunião ampliada e descentralizada do Conselho Nacional de**
260 **Assistência Social – CMAS:** A Sra. Maria de Lourdes Presidente fez o relato que
261 estiveram em Brasília nos dias 06,07 e 08 de maio, o mesmo será digitalizado pela
262 Jusileide e encaminhado para todos os conselheiros. **Item 10 – Informes do Gestor:**
263 O Sr. Leandro informa que há uns três meses atrás a SEAS apresentou o Termo de
264 Aceite ao serviço de acolhimento de crianças e adolescentes e ao assinar este Termo
265 o município tem a responsabilidade de fazer o Plano de Reordenamento dos serviços
266 de acolhimento institucional e para isto o termo pede a participação dos
267 representantes do CMAS e do CMDCA, então precisamos indicar uma pessoa para
268 participar desta discussão – a Sra. Carla Gregório irá representar. A Sra. Flávia
269 Sammarco informa que começará a divulgação do Projeto Novo Rumo, que é um
270 projeto de bolsa para jovens de 18 até 29 anos, e nesta primeira parceria contamos
271 com o Restaurante Escola onde tínhamos o PVJ e com a mudança da bolsa eles irão
272 receber: 1 salário mínimo + vale transporte + seguro e vida, e devem estar inscrito
273 obrigatoriamente no CRAS para poder estar participando da seleção, a divulgação
274 será através do Diário Oficial. **Item 11 – Informes do CMAS:** A Sra. Maria de Lourdes
275 Presidente informa que o CMAS e a SEAS recebeu uma solicitação porque a DRADS
276 fez uma visita a pedido do MDS nas as residências inclusivas: 30 de Julho e Casa do
277 Paraplégico o Sr. Leandro foi representando a SEAS e eu Maria de Lourdes fui
278 representando o CMAS, realizamos as visitas e verificamos e providenciamos um
279 relatório; o mesmo se encontra na íntegra neste conselho. No dia 27/06 ocorreu uma
280 reunião da Diretoria Executiva onde programamos para o 2º semestre/2014 – na 2ª
281 quinzena de Setembro a realização de uma audiência pública no sentido de
282 capacitação e horário proposto das 8 horas e 30 minutos às 13 horas, local a definir,
283 onde o Sr. Leandro iria expor as últimas legislações e normativas, o Sr. Diogo se
284 propôs a falar da DRADS referente ao Pró-Social e eu Maria de Lourdes irei falar da
285 captação de recursos, e todos irão se apresentar graciosamente. Com relação as
286 faltas que estão ocorrendo dos conselheiros iremos ter vacância, pois 3 faltas
287 consecutivas ou 5 alternadas o conselheiro perde sua vaga. Com relação ao Ofício
288 41/14 referente à informação que nos foi trazida como uma forma de denúncia na

289 outra AGO a respeito das pessoas que foram chamadas ou não, a SEAS nos enviou
290 uma resposta referente a todo o processo e mostra as pessoas que foram contratadas,
291 o mesmo fica a disposição dos conselheiros. Em reunião da Diretoria Executiva foi
292 discutido que estes tipos de assuntos e ou denúncias não sejam trazidos no dia da
293 AGO e sim apresentados a Diretoria Executiva para que se avalie. Há um despacho do
294 Sr. Leandro que pede que o CMAS se retrate, o que eu – Maria de Lourdes não
295 concorda com a retratação, assumimos que nos foi trazido e conduzido de uma forma
296 precipitada, mas que cabe ao CMAS o questionamento, pois já tivemos situações
297 anteriores neste conselho denúncias pertinentes, foi um erro ter trazido para a
298 assembleia sem antes ter sido feita a verificação e as pessoas que trouxeram
299 denúncias de agora em diante peço que avaliem pois irão protocolar no CMAS. O Sr.
300 Leandro pede a palavra e diz que foi uma denúncia infundada, trazendo apenas parte
301 da informação e dizendo que a SEAS não cumpriu a chamada dos 7 cadastradores,
302 quando eu pedi a retratação é um relação a uma fala em que foi dita que a SEAS
303 estava induzindo ao erro este conselho; e eu sou representante da SEAS e nunca
304 induzi este conselho ao erro, então o meu pedido de retratação é em relação a sua
305 fala. Porque se tomou uma decisão abrupta de se levar para a assembleia e já um
306 juízo de valor de que a SEAS induziu o conselho ao erro, e a SEAS comprovou de que
307 não fez indução ao erro e comprovou de que cumpriu todas as etapas que existem 7
308 cadastradores trabalhando, de que as pessoas saem do processo e são chamados
309 outros, mas todo o processo foi feito de forma transparente e publicado no D. O. e
310 todas as cópias foram entregues ao CMAS com a relação dos funcionários e onde
311 cada um está trabalhando, qual foi a ordem de qualificação dele, quem foi chamado,
312 quem está substituindo quem, mostrando assim que a SEAS cumpriu o seu papel. A
313 Sra. Maria de Lourdes avisa mais uma vez que por conta deste fato, a partir deste
314 momento todas as denúncias sejam trazidas oficialmente para que não incorrer em
315 outra situação como esta, pois quando um conselheiro traz uma situação não
316 esperamos que a mesma não tenha sido verificada. A Sra. Adriana, secretaria
317 executiva, ressalta que na mesma hora que a denúncia chegou informou para a Sra.
318 Presidente que era uma situação infundada, porém como foi deliberado por meio dos
319 conselheiros a questão deu prosseguimento. A Sra. Flávia Sammarco, chefe de
320 departamento da Proteção Social Básica, questiona de como os conselheiros que
321 estavam na outra AGO irão ficar ciente de que esta denúncia é infundada; e a Sra.
322 Adriana, secretaria executiva, responde que todos os conselheiros irão receber a
323 devolutiva através da ATA que será encaminhada à todos os conselheiros
324 independente de estarem hoje ou não. A Sra. Maria de Lourdes informa que a pessoa
325 que apresentou a denúncia num processo de pressão não teve o cuidado e olhar
326 detalhadamente e trouxe como sendo uma situação que precisaria ser levantada
327 naquela AGO, pois queria uma explicação. A Sra. Cristina Pacheco, representante da
328 ABASE, pede a palavra e diz que a Sra. Presidente não fez uma afirmativa e sim uma
329 interrogação, de que se o fato trazido fosse verdadeiro o conselho teria sido induzido
330 ao erro. **Item 12 – Informes dos trabalhadores do SUAS:** A Sra. Maria de Lourdes
331 com a aprovação de todos os presentes irá retirar da pauta este item porque mais uma
332 vez não houve pauta. **Item 13 – Assuntos Gerais:** A Sra. Luci Freitas, colaboradora,
333 informa que esteve em uma audiência pública onde a pauta era a juventude e a
334 violência, haviam poucos conselheiros presentes e os protagonistas se expressaram
335 bastante, e eu fui a última a falar pois ninguém falou da violência institucional e pedi
336 para que eles fizessem uma levantamento das propostas do CMDCA, CMAS, CMJ e

337 do CMI, então terá uma segunda audiência. O Sr. Igor se lembra do pedido que fez
338 referente a leitura da documentação da Casa Belém. A Sra. Maria de Lourdes
339 Presidente pede a todos os conselheiros que façamos um mutirão para ler os
340 relatórios que as ONG's enviaram em abril, e retornarmos a fazer as visitas através do
341 cronograma. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e
342 eu Flávia Valentino, lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela
343 Presidente, Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques.

344

345 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

346

Presidente

1ª Secretaria